



Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

NOTA TÉCNICA 02.2/2017

DATA: 06/10/2017

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2017 -
3ª Revisão de Receita.**

I – Metas de arrecadação 2017 – Reavaliação das Receitas Ordinárias do Tesouro

Esta nota visa reavaliar as estimativas de Receita do Tesouro Estadual em relação à Nota 02.1/2017 de 02 de maio de 2017 – 2ª Revisão de Receita, consoante o acompanhamento da Receita realizada até agosto, visando adequar a projeção de Receitas ao cenário fiscal para o exercício corrente, sensível às alterações dos indicadores econômicos.

Nesta Nota, a Receita total do Tesouro está sendo reestimada em R\$ 58,1 bilhões, um incremento de R\$ 1,2 bilhão em relação à 2ª Revisão de Receita.

A Receita de Alienação está sendo reduzida em R\$ 866 milhões, adequando a expectativa de arrecadação resultante da Securitização da Dívida Ativa à previsão apontada no Plano de Recuperação Fiscal.

O incremento de Receita em relação à 2ª Revisão de Receita é justificado em parte por conta de novas perspectivas de arrecadação de Participações Governamentais, além da realização de receitas extraordinárias, resultado da licitação por Pregão Presencial nº 001/2017, para contratação de serviços bancários. O ganho seria um pouco maior, mas a redução da expectativa de receita da Securitização da Dívida Ativa anula parte desse efeito.

Todas as alterações enumeradas estão justificadas de forma mais concisa na seção III desta Nota.

II – Cenário Econômico

Findo o primeiro semestre do ano de 2017, a economia brasileira parece acenar para o início de uma recuperação. Contudo, a intensidade e a velocidade da retomada da atividade continua a depender da efetividade das reformas em curso, bem como da estabilidade política e institucional.

É notório que ainda pairam algumas dúvidas acerca dos fundamentos macroeconômicos, sobretudo na área fiscal. A contundência dos ajustes prometidos envidará o tom do crescimento potencial da economia.

Isto posto, percebe-se uma melhora da confiança e sinais relevantes para o retorno da normalidade econômica, entretanto, ainda existem algumas condicionantes para produção da almejada sustentação do crescimento.

Nesta linha, recente relatório do Boletim Focus, datado de vinte e cinco de agosto de 2017, indica pequeno crescimento do PIB da ordem de 0,39 % para este ano, revertendo em parte os resultados negativos dos dois últimos anos. Porém, a contundência das referidas reformas podem ensejar alterações substanciais sobre as expectativas dos agentes.

Vê-se, portanto, que a efetividade da recuperação da economia continua a depender do enfrentamento das reformas estruturantes de sorte que capacite o país a produzir crescimento econômico sustentável a médio e longo prazo.

A expectativa da taxa de câmbio médio para 2017 é de 3,18 R\$/US\$, segundo boletim Focus datado de vinte e cinco de agosto de 2017, apontando para valorização do real frente ao dólar.

Ainda assim, a balança comercial intensificou os sinais de recuperação. De acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a balança comercial brasileira apresentou de janeiro a julho de 2017, saldo acumulado de + US\$ 42,510 bilhões ante o superávit de US\$ 28,227 bilhões, no ano anterior. Da mesma forma, a balança comercial fluminense registrou um resultado acumulado de janeiro a julho de 2017, de + US\$ 7,306 bilhões contra US\$ 1.854 milhões no mesmo período do ano anterior.

Com relação à inflação, o IPCA, a nível nacional, registrou um percentual acumulado de janeiro a julho de 2017 de 1,43% contra 4,96% no mesmo período do ano passado. O Boletim Focus (25/08/2017) prevê que o índice feche o ano de 2017 em 3,27%, abaixo do centro da meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) de 4,5%.

No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), o IPCA tem apresentado semelhante comportamento no período compreendido entre janeiro a julho de 2017 acumulou alta de 1,95%, ante 4,99% em 2016.

Na esteira dos últimos acontecimentos e diante da retomada do setor, a produção industrial nacional, de acordo com os dados do Boletim Focus (25/08/17), deve fechar o ano de 2017 com um aumento de 1,00%. Segundo o mesmo relatório, espera-se em 2018 um crescimento mais consistente da ordem de 2,16%.

Neste contexto, a emblemática fabricação de veículos automotores tem registrado elevações contundentes de produção nos últimos meses. De acordo com dados do IBGE, o referido setor obteve uma variação acumulada no período entre janeiro e junho de 2017, aumento de 11,7%; o ERJ, por sua vez, apresentou incremento de 18,6%.

Por outro lado, o comércio varejista ainda tem apresentado variações negativas no volume de vendas. No acumulado do semestre, o país apresentou redução percentual de 0,1%. A mesma variação para o ERJ acumula queda de 3,7%. O impacto desse movimento pode ser notado na redução drástica dos postos de trabalho neste setor, intensivo em mão-de-obra.

Diante deste cenário, o mercado de trabalho para o ERJ ainda registra um quadro de retração no número de empregos. Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho de julho de 2017 indicam variação mensal de - 0,27%, fruto da redução de 9.320 vagas. No ano o saldo está negativo em 74.760 postos de trabalho, um decréscimo de 2,15%.

III – Descrição das variações de projeção de Receita:

A Tabela 1 apresenta as novas estimativas de Receita Estadual, que estão comentadas item a item em seguida.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2017 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita*	FR	REVISÃO DE RECEITA		REVISÃO 2.2 X	REVISÃO
		Revisão 2.1 (E)	Revisão 2.2 (F)	2.1	Δ% (F/E-1)
				(F - E)	
IRRF	100	3.031	3.031	-	
IPVA	100	2.804	2.920	116	4,1%
ITD	100	1.071	924	- 147	-13,7%
FECF	122	4.313	4.527	214	5,0%
ICMS	100	32.282	31.934	- 348	-1,1%
TAXAS	132	28	27	- 2	-6,7%
Receita Financeira		32	33	0	1,2%
Royalties & FEP		5.495	6.625	1.130	20,6%
FPE	107	1.366	1.366	-	
IPI	107	882	677	- 205	-23,2%
Lei Kandir	107	86	86	-	
CIDE	126	85	85	-	
Demais Transf. União	101	64	64	-	
Multas e Juros		633	651	18	2,8%
Dívida Ativa		202	202	-	
Dep. Judiciais tributários	190	620	620	-	
Ressarcimento de pessoal cedido		57	52	- 5	-8,7%
Restituições e Indenizações		333	310	- 23	-6,8%
Demais Receitas	101	108	50	- 58	-53,8%
Receita Intra - Demais Receitas	101	-	-	-	
Depósitos judiciais (LC 147/191)	191	-	-	-	
Concessões	101	12	12	-	
Folha		-	1.319	1.319	
Alienação de Bens	133	1.060	194	- 866	-81,7%
Outros		42	78	36	87,1%
Subtotal 1		54.606	55.785	1.180	2,2%
Salário Educação	105	445	445	-	
Receita Financeira	105	1	0	- 0	-41,2%
Operações de Crédito	111	1.851	1.851	-	
Receita Financeira	111	17	8	- 9	-52,4%
Subtotal 2		2.314	2.305	9	-0,4%
TOTAL GERAL (1+2+Royalties)		56.920	58.091	1.171	2,1%

*Receita Bruta (com FUNDEB)

1. **ICMS** – Conquanto os indicadores econômicos venham apontando indícios de retomada do crescimento da economia e a arrecadação do ICMS neste ano apresentou um modesto crescimento no acumulado do primeiro semestre (0,2%), com melhora em agosto(9,7%), os modelos econométricos apontam para uma redução da expectativa do exercício. Adotando-se uma atitude conservadora, por ora, a previsão é de R\$ 31,9 bilhões, uma redução de R\$ 348 milhões em relação à Revisão 2.1 de 2017.
2. **FECP** – Ainda sob o efeito do reajustamento de alíquota, vigorando a partir de 2016 (Lei Complementar nº 167/2015), a previsão de R\$ 4,5 bilhões para este ano foi revisada em mais R\$ 214 milhões em comparação à Revisão 2.1 de 2017. Importa verificar que a partir de junho/17 o valor recolhido, sob efeito das alterações citadas, vem se estabilizando.
3. **ITCD** – A atual projeção de R\$ 924 milhões foi reestimada em menos R\$ 147 milhões, comparado à Revisão de 2.1 de 2017. O comportamento da arrecadação, no decorrer do ano, foi menor ao inicialmente previsto no 1º quadrimestre deste ano. Numa análise mais aprofundada, o ano anterior (2016) foi fortemente impactado por receitas extemporâneas bem superiores às expectativas, além do reajuste de alíquota, possibilitando uma base de comparação bem elevada. Este imposto se destaca por ampla possibilidade de alterações no seu comportamento histórico que independe de acompanhamento constante.
4. **IPVA** – Nos meses precedentes confere-se um desempenho superior ao previsto na parte inicial deste ano. Logo, seguindo o histórico de arrecadação, no qual se verifica que os meses seguintes apresentam um peso menor no registro total anual deste imposto, considera-se, dessa forma, majorar a previsão em R\$ 116 milhões, elevando, portanto, sua projeção para R\$ 2,9 bilhões.
5. **IPI** – Reestimado em R\$ 677 milhões, menos R\$ 205 milhões frente à 2ª revisão. A nova previsão foi ajustada face ao Decreto 9.113, de 28/07/17 referente à Revisão da Programação Financeira de 2017 do Governo Federal, que projetou uma redução nos valores destinados aos entes subnacionais.
6. **Aliações de Bens** – Reduzida a projeção de Receita em R\$ 866 milhões referente à Securitização da Dívida Ativa. Tal receita tem um grau elevado de imprevisibilidade,

motivado por fatores que não são de controle somente do ERJ. A previsão atual está compatível com o valor apontado no Plano de Recuperação Fiscal.

7. **Demais Receitas: Receita da Folha** – Incluimos o valor de R\$ 1,32 bilhão nessa conta em função dos valores recebidos do Banco Bradesco referente a cessão de direitos sobre a folha de pagamento do ERJ.
8. **Royalties** - Em relação à Revisão de Receita 2.1 de 2017, a receita de Royalties e Participações Especiais está sendo acrescida de R\$ 1,13 bilhão em virtude de melhora da produção do primeiro semestre, + 12,7% em relação a igual período de 2016, apontando para expressiva tendência de crescimento anual da arrecadação, 21% em relação à previsão anterior. A receita esperada mantém os parâmetros médios para 2017: Brent de US\$ 50 e câmbio a R\$/US\$ 3,10. A tabela 2 a seguir discrimina a aplicação do montante ora estimado. É importante observar que, do valor destinado ao FECAM, 30% serão desvinculados, nos termos da Emenda Constitucional nº 93 de 2016, que prorroga a desvinculação de receitas da União e estabelece a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Tabela 2 R\$

ROYALTIES		2.1 Revisão (E)	2.2 Revisão (F)
		5.495.014.051	6.624.979.758
	Tranferências aos Municípios	305.978.808	353.998.469
Fonte 104	PASEP	51.890.352	62.709.813
	FECAM**	363.108.818	438.845.041
	Indenização a União	1.012.178.580	1.012.178.580
Fonte 231	RIOPREVIDÊNCIA*	3.761.857.494	4.757.247.854

* Inclui a parcela do FEP, conforme Determinação do TCE na análise das Contas de Gestão de 2012.

** Incluído valor apurado de DRE relativo ao FECAM R\$ 131.786.927,49



Tabela 3 - Estimativa de Valores das Contas Redutoras em 2017

Em R\$

ESTIMATIVA DOS VALORES DAS CONTAS DEDUTORAS DE FUNDEB E MUNICÍPIOS			
	2.1 Revisão (E)	2.2 Revisão (F)	Δ%(F/E)
FUNDEB	5.887.084.220	5.783.323.201	-1,8%
RETORNO FR 15	2.630.927.514	2.587.104.405	-1,7%
100	2.291.946.637	2.265.180.387	-1,2%
102	9.958.629	13.942.858	40,0%
107	329.022.248	307.981.160	-6,4%
PERDA LÍQUIDA	3.256.156.706	3.196.218.796	-1,8%
100	3.140.490.621	3.081.415.906	-1,9%
102	22.109.975	30.955.692	40,0%
107	93.556.110	83.847.199	-10,4%
MUNICÍPIOS	10.290.726.552	10.285.739.964	-0,0%
100	9.689.523.937	9.666.384.444	-0,2%
102	53.447.673	74.830.916	40,0%
104	305.978.808	353.998.469	15,7%
107	220.528.251	169.278.251	-23,2%
126	21.247.883	21.247.883	0,0%
TOTAL	16.177.810.772	16.069.063.165	-0,7%

Tabela 4 - Reestimativa de Receita Tesouro 2017 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita**	FR	Revisão 2.1 (E)	Revisão 2.2 (F)	REVISÃO 1.3 X REVISÃO 1.2	
				(F - E)	Δ% (F/E-1)
IRRF	100	3.031	3.031		
IPVA	100	2.804	2.920	116	4,1%
ITD	100	1.071	924	(147)	-13,7%
ICMS	100	32.078	31.644	(434)	-1,4%
Multas e Juros	100	600	616	16	2,7%
Dívida Ativa	100	191	173	(17)	-9,1%
Receita Financeira	100	-	-		
Restituições	100	40	-	(40)	-100,0%
Outros	100	-	-		
TOTAL	100	39.814	39.308	(505)	-1,3%
Receita Financeira	101	30	30		1,4%
Demais Transf. União	101	64	64		
Multas e Juros	101	6	6	()	-5,5%
Indenizações e Restituições	101	293	310	17	5,9%
Dívida Ativa	101	9	20	11	125,5%
Demais Receitas	101	108	50	(58)	-53,8%
Ressarcimento de Pessoal Cedido	101	4	4	1	14,9%
Rec. Intra-Orçamentária - Demais Receitas	101	-	-		
Outros	101	46	1.409	1.363	2943,1%
TOTAL¹	101	559	1.893	1.333	238,5%
FEEF	102	204	290	86	41,8%
Multas e Juros	102	9	9		
TOTAL		214	299	86	40,0%
Royalties	104	1.733	1.868	135	7,8%
Outras	104	-	-		
Royalties	231	3.762	4.757	995	26,5%
TOTAL		5.495	6.625	1.130	20,6%
Salário Educação	105	445	445		
Outros	105	0,510	0	()	-41,2%
TOTAL	105	446	446	()	-0,0%
FPE	107	1.366	1.366		
Receita Financeira	107	-	-		
IPI	107	882	677	(205)	-23,2%
Lei Kandir	107	86	86		
Outros	107	0	0		
TOTAL	107	2.334	2.129	(205)	-8,8%
Ressarcimento de Pessoal Cedido	120	53	48	(5)	-10,3%
Outros	120	-	-		
Total	120	53	48	(5)	-10,3%
FECF	122	4.313	4.527	214	5,0%
Multas e Juros	122	17	19	2	11,7%
Dívida Ativa	122	2	7	5	250,0%
TOTAL	122	4.332	4.553	221	5,1%
Outros	126	1	1	()	-3,7%
CIDE	126	85	85		
TOTAL	126	86	86	()	-0,0%
Taxas	132	28	27	(2)	-6,7%
Multas e Juros	132	1	1		
Dívida Ativa	132	1	2	1	233,3%
TOTAL	132	30	29	()	-1,7%
Alienações	133	1.060	194	(866)	-81,7%
Dep. Judiciais tributários	190	620	620		
Outros	190	2	2		
TOTAL	190	622	622		
Lei 147 - 151	191	-	-		
Outros	191	-	-		
TOTAL	191	-	-		
Auxílio Financeiro - Medida Provisória 734/2016	192	-	-		
Outros	195	5	-	(5)	-100,0%
Outros*	195	3	-	(3)	-100,0%
Outros	111	17,080	8	(9)	-52,4%
Restituições	111	-	-		
Operações de Crédito*	111	1.851	1.851		
Total Geral		56.920	58.091	1.171	2,1%

* Receitas de Capital

** Receita Bruta (com FUNDEB)

IV – Cronograma de entrada de receitas¹.

Segue abaixo a previsão de realização bimestral das receitas gerenciadas pela UGE 9999 – Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, conforme Tabela 1 desta Nota.

Tabela 5 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos.

Em mil R\$

ORIGEM DA RECEITA	FR	1º BIMESTRE**	2º BIMESTRE**	3º BIMESTRE**	4º BIMESTRE**	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
11 RECEITA TRIBUTÁRIA	100	7.403.971	6.806.294	5.945.954	6.126.512	5.931.776	6.304.239	38.518.745
	102	12.761	74.005	73.262	50.082	39.944	39.944	289.997
	122	758.182	767.760	833.373	717.664	715.304	734.885	4.527.169
	132	3.655	4.658	4.556	4.304	4.663	4.663	26.500
13 RECEITA PATRIMONIAL	100	-	-	-	-	-	-	-
	101	7.126	11.212	5.794	1.374.409	15.900	20.006	1.434.446
	104	1.176.367	90.577	151.717	201.264	181.786	66.021	1.867.732
	105	149	-	-	-	76	76	300
	111	4.895	160	23	55	1.495	1.495	8.122
	126	231	75	9	8	238	238	800
	190	356	329	66	0	633	633	1.885
	195	-	-	-	-	-	-	-
	231	-	744.908	1.457.818	1.249.285	171.084	1.134.152	4.757.248
16 RECEITA DE SERVIÇOS	101	51	723	377	390	1.729	1.729	5.000
	195	-	-	-	-	-	-	-
17 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101	-	-	-	-	21.865	41.795	63.660
	105	85.958	62.116	61.564	62.097	86.763	86.763	445.261
	107	383.635	318.185	357.367	324.208	317.262	427.865	2.128.522
	126	21.523	19.411	-	20.794	23.263	-	84.992
19 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100	102.982	132.920	148.820	136.086	134.452	134.452	789.711
	101	9.744	269.218	33.195	16.255	28.585	28.585	385.583
	102	40	2.853	504	659	2.635	2.635	9.327
	120	1.206	1.136	2.159	3.500	4.400	4.400	16.800
	122	4.016	4.221	4.519	4.792	4.068	4.068	25.685
	132	173	440	233	254	773	773	2.645
	191	-	-	-	-	-	-	-
21 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	111	18.949	6.352	30.412	26.206	884.706	884.706	1.851.331
22 ALIENAÇÃO DE BENS	133	-	-	-	-	86.966	106.966	193.931
23 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	195	-	-	-	-	-	-	-
25 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	190	620.122	-	-	-	-	-	620.122
79 INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	101	76	148	192	234	1.675	1.675	4.000
	120	51	1.995	2.697	8.231	9.013	9.013	31.000
Total Fontes de Recursos do Tesouro		10.616.217	9.319.698	9.114.477	10.327.289	8.671.055	10.041.777	58.090.514

* Apenas UGE 999900.

** Valores já realizados.

¹ Receita Bruta (Com FUNDEB)

V – Conclusão

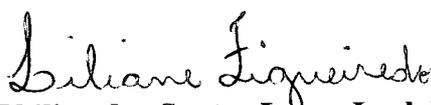
Em que pese alguns sinais de recuperação da economia, estamos revendo as estimativas das rubricas de Receita do Tesouro de forma conservadora, sempre na busca pelo equilíbrio fiscal, pois as incertezas que permeiam o atual cenário e a volatilidade dos indicadores nos impedem de apostar numa expectativa mais arrojada.

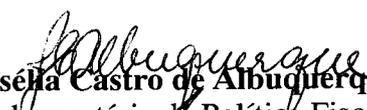
O incremento da produção de petróleo em território fluminense já enseja uma perspectiva bastante favorável em termos de elevação da estimativa da receita de Participação Governamental, com acréscimo superior a 20%, em relação à previsão anterior. O valor estimado para este ano é 89,3 % maior que o montante arrecadado em 2016.

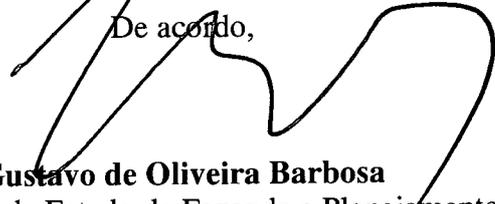
Neste segundo quadrimestre, a contratação de serviços bancários através de Pregão Presencial veio somar aos recursos administrados pelo Tesouro Estadual R\$ 1,318 bilhão. Mesmo assim, o montante de receita esperado para este exercício não é suficiente para atender a despesa programada.

A homologação do Regime de Recuperação Fiscal aliada a importantes ajustes que vem sendo praticados no âmbito da gestão estadual, permitirão, a médio prazo, criar condições para que o ERJ caminhe para um reequilíbrio de suas contas públicas, com a retomada dos indicadores fiscais estabelecidos pela LRF/2000.

Fica o alerta, no entanto, de que o acompanhamento da arrecadação poderá sugerir a reavaliação das Receitas ainda nos próximos meses, a fim de subsidiar a liberação do orçamento, visando minimizar o déficit orçamentário esperado para o exercício.


Raphael Philipe dos Santos Lopes Leal de Moura
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal


Joséla Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo,

Gustavo de Oliveira Barbosa
Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento